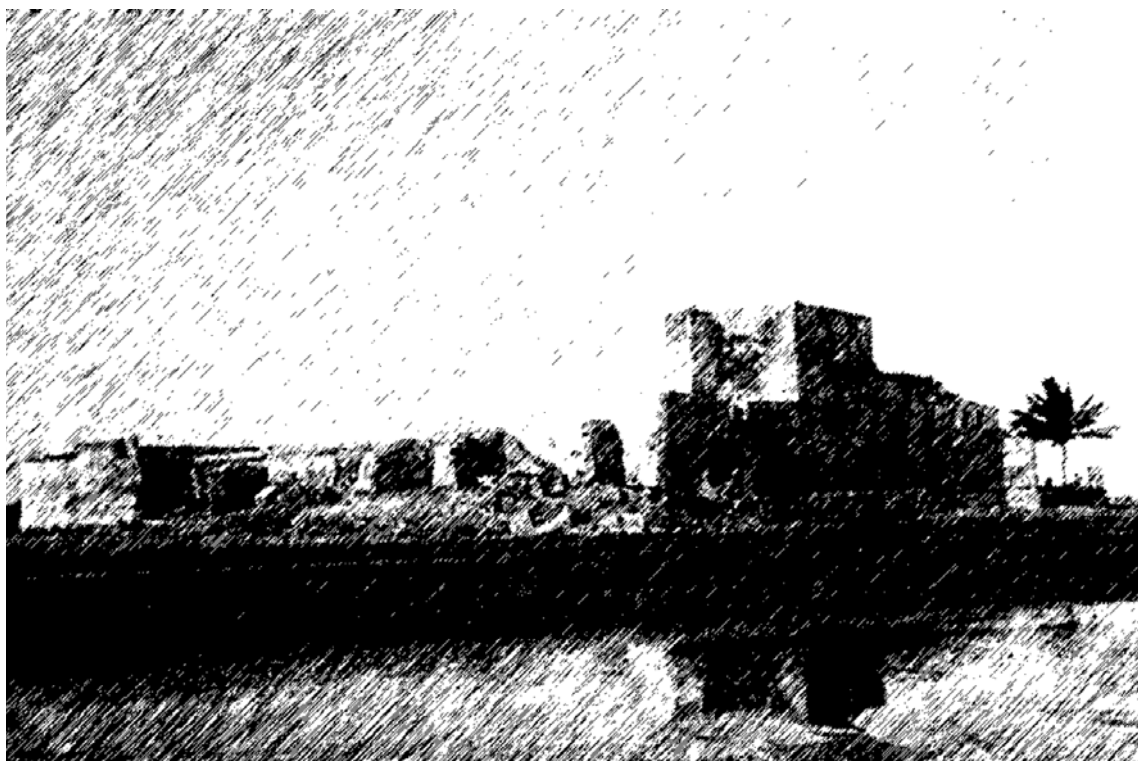


CAPÍTULO X

A COSTA DE SOFALA ENTRE OS SÉCULOS XVI-XVIII: PRESENÇA PORTUGUESA, ALTERAÇÕES AMBIENTAIS E IMPACTOS NA PAISAGEM



A COSTA DE SOFALA ENTRE OS SÉCULOS XVI-XVIII: PRESENÇA PORTUGUESA, ALTERAÇÕES AMBIENTAIS E IMPACTOS NA PAISAGEM

Ana Cristina Roque¹ (anaroque1@zonmailcampus.ul.pt; acrmroque@gmail.com)

¹ Centro de História, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Alameda da Universidade, 1600-214 Lisboa, Portugal

RESUMO

Este artigo pretende discutir a importância da informação histórica para a História Ambiental e o desafio que representa, para o presente, a recuperação de informações, saberes e técnicas que podem contribuir seja para uma melhor compreensão da realidade, seja para encontrar soluções que visem a melhoria das condições de vida e bem-estar das populações.

O exemplo do estabelecimento dos Portugueses em Sofala (Moçambique) e a documentação por eles produzida no contexto da expansão e construção do Império Português, serão usados para traçar o enquadramento histórico-geográfico da costa de Sofala, considerando tanto as condições geoclimáticas da região e as alterações ambientais nela ocorrentes entre os séculos XVI-XVIII, quanto os resultados da presença portuguesa, designadamente ao nível da exploração dos recursos locais e das alterações na paisagem. Tal permitirá, do ponto de vista histórico, perceber melhor as razões do abandono de Sofala no quadro da presença portuguesa na costa oriental africana enquanto, do ponto de vista da história ambiental, se tornará possível evidenciar tanto os principais processos de alterações ambientais que se testemunharam quanto os que resultaram do estabelecimento dos portugueses. Uns e outros com impacto significativo a curto, médio e longo prazo.

Privilegiando-se uma análise que considera a articulação destes aspetos será possível um melhor enquadramento e compreensão das alterações a que esta região tem vindo a ser sujeita nos últimos séculos e cujas consequências se fazem sentir ainda nos dias de hoje.

Palavras Chave – Sofala; Informação histórica; Presença portuguesa; Impactos ambientais.

The Sofala coast between centuries XVI-XVIII: Portuguese presence, environmental changes and impacts on the landscape

ABSTRACT

This article discusses the importance of using historical information for Environmental History as well as the current challenges arising from data recovery related to information, knowledge and techniques that can contribute to both a better understanding of the present day problems, or to help in finding solutions aimed at improving the living conditions and well-being of the population.

The example of the establishment of the Portuguese in Sofala (Mozambique) and the documentation produced in the context of the expansion and building of the Portuguese Empire, will be used to trace the historical and geographical framework of Sofala coast, considering both the geo-climatic conditions of the region and the environmental changes occurring in it between the XVI-XVIII, as the results of the Portuguese presence, particularly related to the exploitation of local resources and landscape changes. From the historical point of view this approach will allow a better understanding of the reasons for the Sofala abandonment in the context of the Portuguese presence in the south-eastern African coast while, from the point of view of environmental history, makes possible the perception of the major environmental changes processes which were then witnessed by the Portuguese, as well as the results of their presence in Sofala. Both having significant short, medium and long-term impacts.

By privileging an analysis that considers the relationship of these aspects it will become possible to better contextualize and understand the changes that this area has been subject over the centuries and whose consequences are still felt today..

Keywords – Sofala; Historical information; Portuguese presence; Environmental impacts.

NOTA INTRODUTÓRIA

Situada na costa sul-oriental africana, Sofala (Figura 1), representava para os portugueses o acesso ao complexo mercantil do Índico. Identificada com exploração e comércio do ouro africano, imaginava-se Sofala – baía, porto, rio, povoação, região, mina (ROQUE, 2014, Parte I, cap. 1) - como a plataforma de acesso aos recursos minerais e silvestres do continente africano e ao comércio intercontinental de produtos orientais e africanos que fazia a prosperidade dos mercadores muçulmanos. Estabelecendo-se em Sofala, esperavam os portugueses poder substituir os muçulmanos na liderança do trato e beneficiar das vantagens e lucros de um comércio secular que, tudo indicava, ser próspero e rentável.

166

imaginado estava longe de corresponder à situação e condições que ali foram encontrar e, embora nunca prescindindo de manter ali uma posição portuguesa, cujos motivos não cabe aqui analisar, a Ilha de Moçambique um pouco mais a norte (cf. Figura 1), foi progressivamente substituindo Sofala como centro administrativo, militar e económico português e, em meados do século, já não havia dúvidas sobre o protagonismo que a Ilha de Moçambique viria a desempenhar no quadro do Império Português do Oriente. Desde então e ao longo dos séculos, a presença portuguesa em Sofala foi-se tornando residual, a povoação elevada a vila em 1764 teve de ser transferida para terrenos ainda “não ameaçados” pelo mar no final desse século mas, em meados do século XIX, muitos dos moradores começaram a abandonar esta nova povoação transferindo-se para a ilha de Chiloane. (20° 38' 44" S; 34° 55' 12" E). A própria sede da administração portuguesa passará para Chiloane em 1865 e a fortaleza, mantida por uma guarnição diminuta, indiferente e desprovida de quaisquer meios que pudessem obstar à sua ruína, vai-se desmoronando progressivamente. Da antiga Praça de S. Caetano de Sofala, não subsistem hoje mais do que vestígios da antiga fortaleza, e mesmo estes, apenas visíveis na maré baixa (Figura 2).

Foram várias as razões que condicionaram este processo e orientaram a política portuguesa na África Oriental evidenciando, quer os interesses económicos de Portugal, quer as transformações estruturais operadas na região e, em particular, nos estados do planalto interior. Umhas e outras têm vindo a ser apontadas como as principais causas das mudanças que ocorreram na costa oriental africana a partir do século XVI e a documentação portuguesa, que em muitos casos é até hoje a única documentação escrita conhecida, tem sido amplamente usada para testemunhar e analisar todo este processo (ROQUE, Id. Ibid.).

Porém, uma leitura mais transversal revela que muita desta documentação comporta outro tipo de informação, até agora pouco utilizada, e que, referindo-se especificamente a condições ambientais, permite equacionar o papel destas condições neste processo e perceber melhor o enquadramento das alterações a que esta costa tem vindo a ser sujeita nos últimos séculos.



Figura 1. Mapa de Moçambique. 1 - Sofala; 2 - Ilha de Moçambique; 3 - Ilha de Chiloane. (<http://www.africa-turismo.com/mapas/mocambique.htm>).

O estabelecimento de uma feitoria em Sofala, em 1505, foi assim, a primeira pedra na construção deste projeto. Porém, quase de imediato se tornou perceptível que a Sofala que os portugueses tinham



Figura 2. Fortaleza de Sofala. (www.flickr.com).

É neste contexto que se pretende chamar a atenção para a documentação histórica produzida no âmbito da expansão portuguesa e sublinhar o seu potencial contributo para a História Ambiental de Moçambique e, em particular, da área litoral e ilhas entre os Rios Save e Búzi/Pungwè.

Com efeito, esta documentação constituiu um corpus documental muito heterógeno cuja coerência se prende, sobretudo, com os objetivos da expansão marítima e a construção do Império português. Nele se inclui toda a documentação oficial trocada com o reino, legislação, regimentos, descrições, crónicas e relações, a que acrescem ainda roteiros e diários de navegação, relações de naufrágios, inquirições, alvarás, contratos de resgate ou mesmo livros de receita e despesa e cartografia. Porém, ainda que tipologicamente diferenciada e exigindo abordagens específicas em função das características próprias de cada um destes documentos, a análise sistemática deste corpus revela informações muito precisas sobre a dinâmica própria do litoral centro de Moçambique. E estas informações podem contribuir para uma melhor percepção dessa dinâmica, sobretudo para períodos mais recuados, que em regra não são considerados nos estudos que tem vindo a ser feitos atualmente, e onde se utilizam preferencialmente informações posteriores à viragem do século XIX. (e.g. INGC, 2009; HOGUANE, 2007; MOREIRA, 2005).

Por sua vez, esta a informação, quando cotejada com outro tipo de dados sobre a mesma área mas resultante da investigação noutros domínios científicos, abre perspectivas de realização de um trabalho multidisciplinar que, em muito, poderá contribuir para um conhecimento mais global da região, das gentes que a habitaram e habitam, dos usos e práticas específicos a cada área ou grupo, ou

mesmo das estratégias de convivência e sobrevivência das comunidades humanas e animais, **167** secularmente habituadas a partilhar recursos e espaços, em equilíbrios muitas vezes instáveis e que hoje se nos apresentam frequentemente ameaçados.

COSTA DE SOFALA: ENQUADRAMENTO BIOGEOGRÁFICO E GEOMORFOLÓGICO, RECURSOS E APROVEITAMENTO

Pelas suas características biogeográficas e geomorfológicas, a costa central de Moçambique, e em particular a costa de Sofala, i.e., a faixa litoral compreendida entre as bacias dos rios Búzi-Pungwè e Save, foi sempre e simultaneamente um polo de atração e um desafio à fixação de comunidades humanas.

Por um lado, a região apresentava recursos diversificados e potencialidades várias, direta ou indiretamente suscetíveis de aproveitamento por parte das comunidades humanas. Abundavam plantas, frutos e raízes comestíveis, caça, peixe e marisco, de par com ervas e plantas medicinais, mel, cera, madeira, lenhas, sal e a água, dependendo a abundância relativa de todos estes recursos do curso normal das estações e, particularmente, da maior ou menor duração da estação seca.

Por sua vez, as planícies aluvionares dos principais rios da região, sujeitos ao regime de inundações periódicas, ofereciam a possibilidade de desenvolvimento da atividade agrícola e algumas áreas, já mais delimitadas do ponto de vista orográfico, permitiam a criação de gado; enquanto o litoral arenoso se apresentava propício à

exploração de palmares e zonas de mangal que providenciavam lenhas, madeira para estacaria e para construção de habitações e embarcações.

A articulação entre o aproveitamento de recursos e as potencialidades da região beneficiava ainda de uma relativa facilidade de comunicação, não só entre o litoral e o interior, como também entre os vários pontos ao longo da costa uma vez que os principais rios da região, navegáveis em trechos superiores a 100 km¹ a partir da foz por embarcações de pequeno calado, permitiam a comunicação com as terras altas do sertão e o acesso ao ouro do planalto interior; a costa baixa e abrigada convidava à navegação de cabotagem, e as múltiplas reentrâncias e esteiros viabilizavam a aproximação a pontos relativamente próximos, mas de difícil acesso, se a distância tiver de ser percorrida a pé.

Deste modo, potenciando contactos e estimulando trocas comerciais, toda a costa de Sofala, incluindo as ilhas que lhe são fronteiras, se apresentava promissora, ao revelar um conjunto de condições que propiciavam o estabelecimento permanente de comunidades humanas com base no desenvolvimento de atividades diversificadas e complementares, permitindo, tanto a exploração dos recursos silvestres da região, quanto o aproveitamento sustentado das suas potencialidades num espaço geográfico que, por natureza, se oferecia ainda como um possível interface entre o mundo do Índico e as terras altas do sertão africano, ditas ricas em ouro e por tantos cobiçadas.

Mencionada nas fontes árabes desde os inícios do século X (Al-MAS'UDI, c. 915; Ibn SHAHRIYAR, c. 922 ou ABU al-FIDA, século XIII², toda a costa foi denominada de Bilād as Sufāla - terra baixa (Al-MAS'UDI, c. 915), - e identificada com uma vasta região rica em ouro e marfim, no limite sul das terras dos Zanj, correspondendo este limite à região mais austral do continente africano visitada por viajantes e mercadores muçulmanos (Al-MAS'UDI, c. 915)³.

¹ Segundo uma Breve notícia de Manica e Sofala, publicada em 1956 pelo Governo desta região, o rio Búzi, tem 300 km, 150 dos quais navegáveis e, o Save, 270 dos quais 150 são igualmente navegáveis.

² Os textos destes autores foram traduzidos e parcialmente reproduzidos por FREEMAN-GREENVILLE (1975).

³ A terra dos Zanj “begins with the branch which leaves the upper Nile and continues to the land of Sofala and the

Apesar de integrada nas suas rotas mercantis, as informações sobre a região referem-se essencialmente a produtos comerciais e condições de navegação. Porém, ainda que escassas, não deixam de indiciar algumas das suas particularidades, designadamente o ser uma região semeada de pequenos portos litorais, que ao longo do tempo se foram substituindo entre si enquanto entrepostos comerciais de acordo com maior ou menor viabilidade de cada um, decorrente tanto das alterações políticas regionais como das variações geomorfológicas do litoral, e onde a população revelava uma grande capacidade de adaptação a estas alterações. Observações que encontram testemunho nas fontes portuguesas da época e confirmação, logo no início do século XVII, por Frei João dos Santos que ali viveu no último quartel do século XVI e teve oportunidade de apurar que:

(...) que antigamente, em muitas fraldas do mar desta costa, e particularmente nas bocas dos rios, e nas ilhas, havia povoações mui grandes...com seus termos cheios de muitos palmares, e fazendas, e cada uma tinha o seu rei...e comércio com... os senhores do sertão (SANTOS, 1999, p. 81).

O LUGAR DE SOFALA NO IMPÉRIO PORTUGUÊS

No início do século XVI, a instalação dos portugueses em Sofala teve em consideração as informações sobre a importância do porto (ANÓNIMO (1500), 1867, p.262), a população (LOPES (1502), 1867, p. 160) e o comércio do ouro (ANÓNIMO (1500), 1867, p.262; BARROS (1552), 1988, p.367-368). Informações fundamentais para justificar ali a criação da feitoria e de um porto de escala de apoio à Carreira da Índia. Sofala surgia como um porto florescente, habitado de mouros e gentios, interface comercial entre o sertão, de onde lhe chegava o ouro, e o Índico, que a inunda de panos e contaria que permitiam o comércio do tão precioso metal.

Porém, se a Baía de Sofala oferecia boas

Waqwaq” e Sofala “is the furthest limit of the land and the end of the voyages made from Omam and Siraf on the sea of Zanj. ...The sea of Zanj ends with the land of Sofala and the Waqwaq, which produces gold and many other wonderful things.” Al-MAS'UDI, c. 915, In: FREEMAN-GREENVILLE, 1975, p. 14-17.

condições de resguardo e a hospitalidade das gentes da terra parecia garantir o acesso à água e mantimentos foi, sobretudo, a possibilidade de resgate de ouro que pesou na sua escolha (CORREIA (1497/1502), 1858, p. 228-229) pois, até à data e tanto quanto foi possível precisar, não há notícia de qualquer reconhecimento prévio da região que pudesse confirmar as informações obtidas nas primeiras viagens e avaliar, *in loco*, se existiam ou não condições para a construção de um estabelecimento “de pedra e cal” que respondesse às necessidades dos Portugueses no Índico. Reconhecimento este que no último quartel do século XIX estava ainda por fazer, como se depreende das observações de Castro Ferreri sobre o sistema hidrográfico da região, designadamente sobre as bacias hidrográficas dos rios Save e Búzi.

Os rios do distrito são os seguintes: Save, Búzi, Urema ou Inhabuco, Gorongoje, Govuro. Estes cinco principais rios do distrito não são conhecidos, nem se procedeu a estudo algum com respeito às suas margens, curso, etc. (...) O estudo destes rios é de absoluta necessidade... (para se poderem) corrigir os inúmeros erros que se encontram nas cartas e relatórios de alguns exploradores (FERRERI, 1886:99).

A falta de informação era, efetivamente, quase total, não havendo mais do que uma vaga ideia sobre algumas das dificuldades que impunham cuidados acrescidos na forma como se deveria entrar na barra e no que respeitava à escolha do local para a construção da feitoria. Tomé Lopes, em 1502, chamara a atenção para as restingas que entravam pelo mar dentro, o braço de rio que transportava folhagem e entrava no mar tumultuosamente, o pequeno cabo a poente não muito alto e chato, a terra baixa e como ilha (LOPES (1502), 1867, p. 160). De igual modo, nas instruções de D. Manuel I para o capitão Pero d’Anhaya, fazia-se notar que o porto era perigoso, que apenas navios pequenos podiam entrar na barra e subir o rio, e que a escolha do lugar para a construção da fortaleza deveria ser feita

teemdo respeyto as coussas que neste casso mais se devem olhar a saber sytyo forte e que seja mais seguro do maar comer há terrateemdo respeyto as coussas que neste casso mais se devem olhar a saber sytyo mais forte e que seja mais seguro do maar comer há teerra porque somos enformados que gasta

o mar aly muyto della e que há hy tambem grandes cheas do ryo.” (Regimento ...1505, 1962, p. 182).

Deixando assim transparecer que as condições do porto de Sofala não seriam completamente desconhecidas.

Porém, se o conhecimento das características geomorfológicas era mínimo, o desconhecimento era total no que respeitava à capacidade de resposta da região às necessidades do estabelecimento português, designadamente água, lenha e bens alimentares, e à estrutura política, económica e social local que poderia viabilizar não só a existência da fortaleza e povoação portuguesas, como a subsistência da sua guarnição e moradores e, mesmo, do próprio resgate do ouro.

De facto, alguns meses depois de iniciada a construção da fortaleza, o capitão de Sofala informava que esta seria um erro (CORREIA (1497/1502), 1858, p. 573), aconselhando mesmo o monarca português a repensar a oportunidade da construção de uma fortaleza naquele lugar (ALMEIDA (1506), 1962, p. 764). Sofala era terra doentia pelos muitos pântanos responsáveis pelas doenças que dizimavam os portugueses, não havia água potável e teriam de abrir-se poços e construir cisternas para captar a água das chuvas; a área útil com condições para assentamento de uma povoação e espaços para cultivos de subsistência era reduzida e partilhada entre as 4 povoações já ali existentes – duas indígenas (uma ao longo do rio mas junto à costa e outra na ilha de Inhansato) uma de indígenas e mouros (mais no interior e a meia légua de distância) e uma outra, de mouros (junto à barra); os portos da baía estavam na sua maioria assoreados e não permitiam a entrada de navios de grande calado; a barra do rio era difícil de acometer e tal como o leito mudava com muita rapidez, as cheias sazonais constituíam um risco permanente para qualquer estabelecimento de pedra e cal que ali se pretendesse construir e a preia-mar um risco acrescido para as embarcações, como comprovava Vasco da Gama ao perder ali um navio, em 1502, na sua segunda viagem à Índia,

(...) Item ao domingo pella manhã que herão doze dias do dicto mês (junho) ... mandou o allmjante sondar a barra pera as naos entrarem. Item a segunda feira... entrou o allmjante com tres navyos e foy pousar junto com o lugar. Item quarta feyra que foram xb dias do dicto mês... sayo o

almjrannte da dita barra e em sayndo tocou o navyo de johão da Fonseca e a marre vazava e nom ho podiom tyrar e aly lhe poseram hoo fogo e o queymarom.. (ANÓNIMO (1502), 1985, p. 180).

Ainda assim, embora esparsas, as informações não deixavam margem para dúvidas quanto à realidade de Sofala, dando a conhecer as principais causas que motivavam as alterações do litoral - erosão marinha, assoreamento do leito e barra dos rios, cheias periódicas.

Sujeita a persistentes e contínuas variações geomorfológicas da linha de costa devidas à combinação secular destes fatores, o estabelecimento de um qualquer porto em Sofala baseado na construção de estruturas fixas, bem como a sobrevivência das comunidades humanas que nele se estabelecessem, dependeria sobretudo da capacidade de resposta destas a estas variações.

Adaptação e mobilidade constituíam a chave da sobrevivência justificando, em última instância, um padrão de povoamento marcado por ciclos de ocupação e abandono. Condicionado pelo ritmo próprio destas variações, este modelo de povoamento era muito anterior à chegada dos portugueses à costa de Sofala e pressupunha que o abandono das áreas que iam sendo afetadas por estas alterações precedia a criação de novos estabelecimentos, em áreas contíguas, mas ainda não afetadas. Esta mobilidade não se compadecia com a existência de estruturas que não pudessem ir sendo transpostas de uma área para outra, replicando modelos de ocupação e saberes ancestrais ligados ao conhecimento e uso dos recursos naturais regionais. Modelo que se apresentava como dominante em toda a faixa litoral entre os rios Save e Pungwè, e que justificava também a ocupação sazonal ou permanente quer das ilhas junto à costa quer dos mouchões do delta do Save.

Os mouchões (DIAS & MARQUES, 1999, p. 37) são as pequenas ilhas, de natureza aluvionar, formadas no meio do rio e que resultam de um progressivo processo de assoreamento deste. Estão sujeitas não só à ação e influência das marés como também às variações sazonais do caudal do rio e a sua periferia encontra-se em permanente mutação quer por desgaste das areias e vazas mais ou menos extensas em alguns lugares quer, pelo contrário, pela acumulação de outras. O seu solo, aluvionar, à semelhança dos solos marginais a rios sujeitos a

cheias periódicas, é extremamente fértil, proporcionando condições ótimas tanto para o desenvolvimento da prática da agricultura como para o da criação de gado.

O processo de formação destes mouchões bem como a sua ocupação terão decorrido das alterações do curso e caudal do rio Save (SUMMERS 1960 e 1969), em resultado da combinação de alterações climáticas e variações tectónicas que, pelo menos desde o século IX, afetaram a região. As variações tectónicas, tidas como principais responsáveis pelo avanço das águas do mar (BOSAZZA, 1956) ter-se-iam refletido numa elevação constante que, em tempos mais recentes, afetou todo o litoral de Moçambique e, por consequência, também a região do Save e a de Sofala (DICKINSON, 1971). Já no que respeita às alterações climáticas, elas seriam as principais causas das mudanças que, entre o século IX e meados do século XVI se fizeram sentir, nomeadamente ao nível de uma seca progressiva, inviabilizando a utilização do Save como via preferencial de acesso ao planalto interior. (SUMMERS 1960 e 1969). Até ao século IX, o Save registaria um caudal médio que permitia a navegação normal de embarcações de pequeno calado até à sua confluência com o Lundi mas, a partir do século X e até cerca de 1650, quando se inicia um novo período húmido na região, um prolongado período de seca terá contribuído para uma grande diminuição do seu normal volume de água (SUMMERS, 1960 e 1969) tornando progressivamente inviável o uso do Save como rota de ligação entre o litoral e o planalto interior. Esta situação impôs às populações a procura de alternativas para a fixação dos povoados, de novas áreas de produção e novas rotas de penetração no sertão, sendo que muito provavelmente terá estado a origem da importância da baía de Sofala, como o novo polo de povoamento e comércio de que os Portugueses tiveram notícia quando ali chegaram no século XVI.

Num contexto de grande mobilidade e capacidade de adaptação a este tipo de alterações, qualquer construção de carácter permanente nesta zona constituía desde logo uma desvantagem e, a médio prazo, estava condenada à ruína e abandono. O que, no caso da Sofala portuguesa, se vai tornando evidente ao longo dos séculos, e acabará por acontecer em meados do século XIX, como

testemunha Xavier Soares

Antigamente se quebrava o mar cousa de meo quarto de legoa distante da villa, mas hoje as agoas se tem ja apoderado de todo aquele espaço (...) Nas cheas fica tudo de redor alagado (...) E então o limitado terreno da villa se representa flutuar no meio de um lago ... (SOARES, 1857,s/ p.).

O testemunho de Xavier Soares não é único. Efetivamente, todo este processo encontra testemunho na documentação da época e uma primeira leitura e avaliação da informação disponível aponta para a possibilidade de se poder trabalhá-la no sentido de perceber os diferentes tipos de consequências da presença portuguesa na região, designadamente na perspetiva dos impactos ambientais e da história do ambiente e, mais precisamente, no que respeita à alteração da e na paisagem.

SOFALA: MAIS DO QUE A CONSTRUÇÃO DE UMA FORTALEZA, A CONSTRUÇÃO DE UMA PAISAGEM

Parece ser inquestionável que o estabelecimento dos Portugueses em Sofala teve, desde o seu início, um forte impacto visual em resultado, sobretudo, do posicionamento das construções e do uso intensivo da floresta de mangal, em particular do abate de árvores para a obtenção de madeira para as construções (BARROS (1552), 1988:381-2). De acordo com os cronistas da época (BARROS, 1552; CORREIA, 1497/1502 e CASTANHEDA, 1551) ocuparam-se áreas junto à barra do rio, desmantelou-se a povoação que ali existia, desmataram-se palmares e matos para criar espaços para instalar a fortaleza e a povoação, abriram-se poços, construíram-se estacadas de madeira e cavas de proteção. Seguindo-se, num segundo momento, um redesenhar da área envolvente que incluiu a abertura de uma clareira no exterior da estacada, limpando-a de todo o mato para garantir visibilidade e defesa do estabelecimento português (DICKINSON, 1964), a expansão e parcelamento de áreas contíguas à fortaleza destinadas a usos diversos, a exploração dos recursos locais para consumo próprio, como sejam madeira para construção e lenha, caça e pesca e, a partir de 1506, o emprego de materiais que não eram utilizados pelas populações locais,

designadamente a pedra e a cal na construção de edifícios, poços e muros de suporte da fortaleza e a telha, na cobertura de algumas das dependências da feitoria.

A aparente falta de pedra e cal nas imediações do local onde foi construída a fortaleza levou a que, numa primeira fase, a maioria das construções fosse, como a estacada, feita em madeira (BARROS (1552), 1988, p. 381) Porém, mesmo quando a madeira da fortaleza começou ser progressivamente substituída por pedra que se trazia de pedreiras sitas a norte de Sofala (DICKINSON, 1964; BOTELHO, 1835; SILVA, 1844), a madeira continuou a ser a principal fonte de matéria-prima para construção (habitações, paliçadas, estacadas e cercas suplementares de proteção) e consumo (lenhas).

Com efeito, a existência de pedreiras na região é atestada desde 1517 (ALMADA,1517), mas não há qualquer referência à sua exploração nem à utilização da pedra por parte das populações locais, cujas habitações eram de pau-a-pique, maticadas, com cobertura de palha (CORREIA (1497/1502), 1858, p.572; CASTANHEDA (1551) 1924, p. 274), sendo a madeira e, em particular a madeira de mangal, porque resistente e abundante na região, a principal fonte de matéria-prima para todas as construções.

... e porque a principal madeira que aly auia ...eram mangues, que se criam ao lomgo daqueles alagadiços, paos muito fortes e rijos e pesados, os quaes lhe custaram muito a tirar do lugar onde os cortavam.... (e) ...fez a fortaleza de madeira quam forte podia ser. em torno da qual tinha uma cava e com a terra que tirram della entulhou os paos de madeira a maneira de taipaes em altura que fosse amparos aos que andassem per dentro...(BARROS, 1988:381-2).

Efetivamente, à exceção dos “mangues”, mencionam-se apenas o tabuado de “bobone” (ainda não nos foi possível identificar) e a ola (palmeira) de que se fazia uso para a cobertura das habitações (CASTANHEDA (1551) 1924, p. 274) sendo de supor que, tal como a construção da fortaleza, as necessidades do estabelecimento português e dos seus novos moradores tenha levado à exploração preferencial do mangal (BARROS, 1988:381-2); exploração que, progressivamente, se terá traduzido numa redução na extensão da floresta

de mangal e numa alteração da cobertura vegetal do solo na área que foi ocupada. Deste modo, à medida que o estabelecimento português ia ganhando forma, construía-se uma outra paisagem, marcada por elementos estranhos à região e por uma ação intencional de mudança em função dos objetivos e necessidades dos portugueses e, tudo indica, sem a percepção do que poderiam ser as consequências.

Em 1609 Frei João dos Santos dá conta do crescimento da povoação portuguesa no último quartel do século XVI sem que sejam mencionados quaisquer fatores que tivessem interferido nesse crescimento ou que indicassem quaisquer constrangimentos futuros.

A Fortaleza de Sofala está (...) situada perto do mar, e junto a um rio que tem de boca uma légua (...) E nasce pela terra dentro mais de cem léguas...por este rio acima navegam os moradores de Sofala (...). É a Fortaleza de Sofala, quadrada, e cercada de muro de vinte e cinco palmos de altura. Tem quatro baluartes redondos nos quatro cantos (...) uma torre de dois sobrados (...) e uma boa cisterna de água das chuvas, de que bebe ordinariamente a mais da gente de Sofala, por ser muito melhor que a dos poços, e não bebem do rio, porque ali é toda sua água muito salgada. Dentro está a Igreja Matriz. Na quadra do muro, que vai para a banda da povoação está uma casa que serve de feitoria (...). Junto a esta fortaleza (...) Está a povoação dos moradores cristãos (...) mais de seiscentas almas de confissão (...) nesta povoação está uma ermida da invocação do espírito santo. Nós fizemos outra da invocação de Nossa Senhora do Rosário (...) e fora da povoação fizemos outra da invocação da Madre de Deus em um palmar nosso, que é o melhor posto e saída que tem Sofala (SANTOS, 1999, p. 76).

Porém, ao longo do século XVII, a erosão marinha e o assoreamento do rio, dificultando a navegação e as comunicações, vão obrigar ao seu abandono, recriando-se esta povoação um pouco mais a norte e em local que, esperando-se menos sensível a estes fatores, se veio a revelar tão ou mais problemático que o anterior. É pelo menos, o que se depreende do ofício de Costa Xavier, datado de julho de 1780, em que se dá conta não só da erosão marinha, da alteração da barra e das cheias do rio, como se faz ainda referência explícita à salinização da água dos poços, à falta de água doce, à impossibilidade de manter as hortas e, sobretudo, ao

isolamento da povoação na preia-mar.

Esta povoação se acha situada em um pequeno terreno, cercado por dois rios, cujas correntes não cessam de lhe fazer irreparável dano, tendo-lhe também aberto outros caminhos por onde se estende o mar para dentro desta povoação entrando por dois grandes boqueirões, um pela parte da Quipanga, lugar pouco distante desta fortaleza, e outro onde habitam os mouros, de tal sorte que nas águas grandes fica totalmente alagada.

Neste limitado terreno já não há terreno capaz de se poder fabricar uma casa, nem de se fazer uma horta, tanto por estar conquistado do mar, como por se acharem as águas dos poços, que antes eram boas, presentemente tão salinas, que não servem para regar qualquer hortaliça, e muito menos para se poder beber sendo preciso mandá-la buscar a Relangane, distante desta vila, duas horas de caminho, quando as marés dão lugar. (XAVIER, 1780).

Esta nova povoação teria 35 casas, e também ela ficaria rapidamente à mercê das águas do mar e dos rios, tendo de ser abandonada no último quartel do século XIX, conforme testemunho do governador Castro Ferreri:

“Esta nova povoação ... tinha de comprimento 252 braças e 60 de largura, possuía apenas 35 casas, sendo uma de pedra e cal, duas de madeira cobertas de telha e trinta e duas de madeira cobertas de palha. O terreno da vila era dividido pelo mar em duas partes e as águas iam juntar-se com os rios Nhuruquare e Cavone. Ambos tinham a sua foz no sítio denominado Tacca, que comunica com Nhuruquereve, que é o canal por onde entram os navios. Além dos ditos rios o mar entra também.... Em maré de águas vivas, pela terra a dentro, no sítio denominado Quissanga que fica a les-sueste da praça (...) no interior da praça existe u poço de pedra e cal, que atualmente fornece água salobra, mas ... que... antigamente era boa (junto ao qual existiam) pias de pedra....para se dar de beber aos cavalos.(FERRERI, 1886:99 e 123)”.

Junto à povoação, os solos das áreas de cultivos eram considerados de boa qualidade e muito produtivos por beneficiarem das cheias periódicas dos rios. Razões que pesaram na escolha deste local quando foi necessário transferir a povoação do sítio onde primitivamente tinha sido instalada. Porém, a combinação dos processos de

assoreamento do rio e do avanço das águas do mar potenciou a salinização dos terrenos, tornando a agricultura impraticável e fazendo com que as terras agricultáveis ficassem cada vez mais distantes da povoação.

Em menos de um século, a distância que mediava a povoação e os terrenos agrícolas tornou-se maior e às inundações sazonais dos rios acresciam, cada vez com mais frequência, as enchentes decorrentes da elevada altura das marés, deixando a povoação isolada, condicionando a mobilidade dos moradores e o acesso destes às zonas de cultivo, contribuindo assim para o progressivo abandono destas. Abandono que, na segunda metade do século XVIII, se acentuou ainda mais com os novos emparcelamentos e novas formas de exploração decorrentes da implantação do sistema dos prazos na região.

Entres os séculos XVII e XVIII, as mudanças na paisagem da costa de Sofala ganharam então uma outra dimensão, testemunhando a persistência das alterações físicas da costa decorrentes da combinação de causas naturais de erosão (avanço das águas do mar, sedimentação dos rios assoreamento das barras, ciclones) com a ação humana, resultando esta sobretudo da exploração dos recursos locais (redução da floresta de mangal, alteração do coberto e uso do solo...) e de uma maior pressão sobre a procura de bens alimentares e comerciais.

Estas alterações são igualmente visíveis ao nível da fortaleza que, desde as primeiras décadas do século XVI, é sistematicamente vítima da ação erosiva das águas do rio e do mar, que lhe vai descobrindo os alicerces e arruína paredes, e do assoreamento do rio que, modificando margens e criando bancos de areia, a vai distanciando cada vez mais da barra e do ancoradouro, num processo que parece acentuar-se no século XIX. Em 1810, a fortaleza apresenta os alicerces descobertos na fachada virada para o mar, ameaçando ruir, e já nem sequer serve de defesa da barra pela grande distância a que já está desta.

Três séculos passados sobre a chegada dos portugueses à costa oriental africana, pouco ou nada subsistia da antiga Sofala e das riquezas ali tão cobiçadas no século XVI e, no início do século XIX, como informa o governador Sofala, António José de Ruxleben, a fortaleza e a vila estão

irremediavelmente perdidas:

(...) a grande ruína que o mar tem feito e faz em o terreno desta Fortaleza e Vila, em risco de cair a mesma fortaleza por estarem minados os seus alicerces e passar por baixo a água de um rio a outro dos dois que lhe rodeia, e a pouca duração que promete a mesma vila. (RUXLEBEN, 1810).

Para uns, as mudanças resultavam de causas naturais - a vila estava abandonada e a fortaleza a cair porque o solo, antigamente tão fértil, estava areento e estéril pelas sucessivas inundações dos rios de água salgada. Para outros, como se depreende do Relatório publicado em 1888, o efeito das causas naturais fora potenciado pela atividade humana, em particular pelas práticas tradicionais e o uso não sustentado dos recursos por parte da população.

(...) Já se não encontram madeiras próprias para construções senão a grandes distâncias, e geralmente fora dos terrenos da nossa ocupação; o preto corta a eito as árvores grandes e pequenas que todas lhe servem para os seus usos, e assim tem destruído em muitas partes as barreiras as barreiras naturais que livravam os terrenos do litoral da invasão do mar. É uma das causas a que atribuo a ruína de muitas terras ... que em outro tempo foram habitadas e tratadas e hoje se acham reduzidas a extensas lagoas de água salgada. (B.O.M., 18, 1888:587).

O que não deixa de ser uma observação interessante, já que, se por um lado identifica as causas do problema, por outro, remete para terceiros uma boa parte da responsabilidade dos portugueses nesta questão, o que suscita uma outra discussão, no âmbito da política colonial, que não cabe aqui discutir.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para concluir, e na perspetiva da valorização das informações veiculadas pelas fontes documentais portuguesas e do seu contributo para a história de Moçambique importa sublinhar alguns aspetos que, tendo em conta estas questões, podem resultar da sua análise.

Assim, se do ponto de vista histórico, uma análise das fontes documentais portuguesas permitirá compreender melhor as razões da progressiva marginalização de Sofala, tanto no

quadro da história local e regional, quanto no da presença portuguesa na região; por outro lado, do ponto de vista ambiental, a análise desta informação permite não só identificar as causas e comprovar que o processo de alterações geomorfológicas do litoral centro de Moçambique já estava em curso quando os portugueses chegaram a Sofala, como perceber que a instalação dos portugueses potenciou estas alterações por via de ações que conduziram a mudanças no meio ambiente, designadamente a exploração da floresta de mangal e a alteração no uso e coberto do solo.

174

As referências a muitos dos problemas ambientais atuais desta região (HOGUANE, 2007) são uma constante nesta documentação. Nela se informa não só sobre as causas destes problemas, seja as de origem natural (erosão marinha, alteração da barra, cheias do rio...) seja as antropogénicas (desmatção, exploração intensiva do mangal, afetação de áreas para agricultura,,), como sobre alguns dos seus impactos mais imediatos (alteração da linha de costa, intrusão salina, aumento de inundações, assoreamento, falta de água doce, desgaste e empobrecimento dos solos, baixo rendimento agrícola, despovoamento...). Umhas e outras, refletem observações, atitudes e preocupações que, ao longo do tempo, mereceram atenção e registo. Um registo nem sempre sistemático e homogéneo, mas nem por isso menos significativo.

Da análise das informações históricas e da possibilidade de articulação desta análise com informações recentes resulta não só uma melhor percepção das alterações a que esta região tem vindo a ser sujeita nos últimos séculos, como do seu enquadramento histórico que informa e comprova que, uma parte dos problemas ambientais que hoje são apontados para esta zona, designadamente a erosão costeira e o desflorestamento das áreas litorais (HOGUANE, 2007) têm origens e impactos significativos muito anteriores à pressão humana dos últimos séculos.

Neste contexto, a análise da documentação portuguesa permite coligir informação histórica, na longa duração, que pode ser incluída em bases de dados de referência, contribuindo deste modo para uma melhor compreensão da dinâmica própria dos sistemas litorais do centro de Moçambique.

AGRADECIMENTOS

À Fundação para a Ciência e Tecnologia, projeto FCT UID/HIS/04311/2013, no âmbito do qual este trabalho foi desenvolvido.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMADA 1517. Mandado de João Vaz de Almada, Alcaide-mór da fortaleza de Sofala, para o Feitor Cristovão Salema. Sofala, 1 de Março de 1517. *Documentos sobre os Portugueses em Moçambique e na África Central* (DPMAC), IV, Doc. 9, 1965, p. 38.
- ALMEIDA, D. Fr. 1506. Sumário de Cartas do Vice-Rei e de outras pessoas da Índia pera El-rei. 27 de Dezembro de 1506. *Documentos sobre os Portugueses em Moçambique e na África Central* (DPMAC), I, Doc. 117, 1962, p.764
- ANÓNIMO 1500. Relação do piloto Anónimo. *Coleção de Notícias para a História e Geografia das Nações Ultramarinas* (CNHGNU), Tomo II, Lisboa, 1867
- ANÓNIMO 1502. Relação da Segunda Viagem de Vasco da Gama à Índia. In *Cadernos da Revista de História Económica e Social*, Lisboa, nºs 6-7, 1985.
- BARROS, J. de 1552. *Ásia – Década I*. Lisboa, Imprensa Nacional / Casa da Moeda, 1988.
- B.O.M. - BOLETIM OFICIAL DE MOÇAMBIQUE, 1888. nº 18, Lourenço Marques.
- BOSAZZA, V. L. 1956. The Geology and the development of the bays and coast line of the Sul do Save of Mozambique. *Boletim da Sociedade de Estudos de Moçambique*, **98**: 19-28.
- BOTELHO, S. X. 1834. *Memória estatística sobre os domínios dos portugueses na África Oriental*. Lisboa.
- CASTANHEDA, F. L. de 1551. *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses*. Lisboa, Coimbra, 1924
- CORREIA, G. 1497/1502. *Lendas da Índia*. Lisboa, 1858.
- DIAS, A. A. & MARQUES, J. M. S. 1990. *Estuário do Tejo: o seu valor e um pouco da*

- sua História*. Reserva Natural do Estuário do Tejo. ICN, Alcochete.
- DICKINSON, R.W. 1964. Sofala, *Rhodesiana*, **10**: 45-53.
- DICKINSON, R.W. 1971. *Sofala and the Rivers of Cuama: Crusade and Commerce in S.E. Africa (1550-1595)*. (Dissertação de Doutoramento).
- FERRERI, A. B. C. de C. 1886. *Districto de Sofala – Breve Notícia Histórica*. Apontamentos de um ex-governador de Sofala.
- FREEMAN-GREENVILLE (Org.) 1975. *The East African Coast*. London, Rex Collins.
- HOGUANE, A. M. 2007. Perfil diagnóstico da zona costeira de Moçambique. *Revista de Gestão Costeira Integrada*, **7** (1): 69-82.
- INGC, 2009. Synthesis report. In: van Logchem, B. & Brito, R. (eds.), *INGC Climate Change Report: Study on the impact of climate change on disaster risk in Mozambique*. INGC, Mozambique.
- LOPES, Tomé 1502. Navegação às Índias Orientais. *Coleção de Notícias para a História e Geografia das Nações Ultramarinas* (CNHGNU), Tomo II, Lisboa, 1867.
- MOREIRA, E. 2005. A dinâmica dos sistemas litorais do Sul de Moçambique, nos últimos 30 anos. *Finisterra*, **XI** (79): 121-135
- Regimento do Capitão-mór D. Francisco de Almeida. Lisboa, 5 de Março de 1505. In: *Documentos sobre os Portugueses em Moçambique e na África Central* (DPMAC), vol. I., Doc. 18, 1962, p. 182.
- ROQUE, A. C. 2014. *Terras de Sofala: Persistências e mudança. Contribuições para a História da Costa Sul-Oriental de África nos séculos XVI-XVIII*. Textos Universitários de Ciências Sociais e Humanas, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian / Fundação para a Ciência e Tecnologia.
- RUXLEBEN, A. J. de 1810. Ofício do governador de Sofala, António José de Ruxleben, a António Manuel de Melo e Castro e Mendonça, governador e capitão general de Moçambique. Sofala, 1810. *Arquivo Histórico de Moçambique, Fundo do século XIX*, Governo Geral, cx. 8.43, M.1, doc. 41. AHM-Manuscritos, Maputo.
- SANTOS, Fr. J. dos 1609. *Etiópia Oriental, e Vária história de Cousas Notáveis do Oriente*. Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1999.
- SILVA, G. H. Ezequiel da 1884. Rezumo das notícias do districto de Sofalla e Sertoens vizinhos desde o anno de 1775 em que esta Provincia foi desmembrada dos Estados d’India até ao corrente anno de 1884. In: FELICIANO, J. F. & NICOLAU, V. H. (eds.), *Memórias de Sofala*. Comissão Nacional para a Comemoração dos Descobrimentos Portugueses, Lisboa, 1998, pp. 257 - 329.
- SOARES, A. E. Xavier 1857. *Descrição da Villa de Sofalla*. **175**
- SUMMERS, R. 1960. Environment and Culture in Southern Rhodesia: A Study in the “Personality” of a Land-Locked Country. *Proceedings of the American Philosophical Society*, **104** (3): 266-292.
- SUMMERS, R. 1967. Archaeological distributions and a tentative history of the Tsetse infestation in Rhodesia and the Northern Transvaal. *Arnoldia*, **3** (13): 1-18
- XAVIER, J. da C. 1780. Ofício (cópia) escrito ao Illmo. E Exmo. Senhor José de Vasconcelos e Almeida, governador e capitão general deste estado, pelo governador e capitão-mor da capitania de Sofala, João da Costa Xavier. 21 de Julho de 1780. *Arquivo Histórico de Moçambique, Fundo do século XIX*, Governo Geral, Cx.8.43, Doc.4. AHM-Manuscritos, Maputo.

